



O jornal *O Mossoroense* e o definimento do sistema de valores da ditadura civil-militar brasileira no processo de abertura (1970-1983)

Suliendson Dantas do NASCIMENTO¹

André BONSANTO²

Resumo:

Tomando como referência teórico-metodológica Michel Foucault e Michel de Certeau para pensar a arqueologia em sua condição de análise qualitativa do discurso, demonstra-se neste artigo como o jornal da cidade de Mossoró-RN, *O Mossoroense*, na tentativa de dialogar com seu público, capturou materialidades discursivas do processo de abertura política durante o período da ditadura civil-militar (1970-1983). Envoltos pelas tensões das polarizações sócio-históricas que vivia o Brasil no início da década de 1970, o cenário político da região do Oeste Potiguar passava também por uma dinâmica paradoxal de exaltação, depreciação e descrédito do sistema de enunciados que conduziram o regime ao seu lento fim, fazendo emergir e circular os primeiros enunciados que dariam suporte ao processo de redemocratização do país.

Palavras-chave: *O Mossoroense*; ditadura civil-militar; abertura política; enunciados cívicos; materialidade histórica.

The *O Mossoroense* newspaper and the Brazilian civil-military dictatorship's languishing values system in the opening process (1970-1983)

Abstract:

Taking Michel Foucault and Michel de Certeau as a theoretical-methodological reference to think about archeology in its condition of qualitative discourse analysis, this article demonstrates how the newspaper from the city of Mossoró-RN, *O Mossoroense*, in an attempt to dialogue with its audience, captured discursive materialities of the political opening process during the period of the civil-military dictatorship (1970-1983). Surrounded by the tensions of socio-historical polarizations that Brazil was experiencing in the early 1970s, the political scenario in the Western Potiguar region was also going through a paradoxical dynamic of exaltation, depreciation and discredit of the system of statements that led the regime to its slow end, making emerge and circulate the first statements that would support the country's redemocratization process.

Palavras chaves: *O Mossoroense*; civil-military dictatorship; political openness; civic statements; historical materiality.

¹ Mestre em Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). *E-mail:* suliendson@hotmail.com

² Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). *E-mail:* andrebonsanto@gmail.com





El diario *O Mossoroense* y el marchitamiento del sistema de valores de la dictadura cívico-militar brasileña en el proceso de apertura (1970-1983)

Resumen:

Tomando a Michel Foucault y Michel de Certeau como referente teórico-metodológico para pensar la arqueología en su condición de análisis cualitativo del discurso, este artículo demuestra cómo el periódico de la ciudad de Mossoró-RN, *O Mossoroense*, en un intento de dialogar con su audiencia, capturó materialidades discursivas del proceso de apertura política durante el período de la dictadura cívico-militar (1970-1983). Rodeado de las tensiones de las polarizaciones sociohistóricas que vivía Brasil a principios de los años 1970, el escenario político en la región del oeste Potiguar también atravesaba una dinámica paradójica de exaltación, depreciación y descrédito del sistema de declaraciones que llevaron al régimen a su final lento, haciendo surgir y circular las primeras declaraciones que apoyarían el proceso de redemocratización del país.

Palabras claves: *O Mossoroense*; dictadura cívico-militar; apertura política; declaraciones cívicas; materialidad histórica.

Introdução

A busca por compreender de forma mais clara e extensa os restos deixados de um tempo histórico que ainda tempesteiavam a historicidade da Nova República podem revelar circuitos enunciativos capilarizados de um Brasil que respirava uma ditadura-civil-militar (1964-1985), onde, em toda dimensão da relação centro-periferia do país, impressionava muito mais pela eficiência da generalização da identidade política nacional, do que por suas diferenças. Por outro lado, se no início da década de 1970 a política do país conferia ao regime militar certa condição de hegemonia discursiva, ao mesmo tempo, suas redes simbólicas serviam como uma relevante plataforma ideológica para pautar as disputas políticas nas singularidades locais.

Essas estruturas epistêmicas podem ser encontradas no jornal *O Mossoroense* em sua chamada quarta fase histórica (1970-1983). Em compasso de tempo narrativo quase ajustado com os grandes grupos de comunicação do país que, entre continuidades e brevíssimas e pontuais rupturas, seguiam alinhados e garantindo legitimidade aos discursos hegemônicos do regime (Bonsanto, 2021), esse jornal centenário do interior do Rio Grande do Norte voltava a circular nas ruas de Mossoró-RN em 1970, com a linha editorial alinhada politicamente com a ditadura brasileira e seu sistema de valores.

Desde a fundação por Jeremias da Rocha em 1872, o jornal logo de saída assumia a luta contra a monarquia brasileira (Rebouças, 2017, p. 42), tendo ao longo de sua história atuado na



repercussão de pautas progressistas da cidade como, por exemplo, o “motim das mulheres”³ e o primeiro voto feminino das Américas realizado na cidade por Celina Guimarães, em 1927, na busca de fazer “d’O Mossoroense um grande ativista político no sentido da luta por ideias liberais” (Rebouças, 2017, p. 47-48). Essa era a diretriz que sua linha editorial buscou seguir nas chamadas primeira (1872-1876), segunda (1902-1934) e terceira (1953-1963) fase histórica⁴. Como mostraremos, as condições de reabertura do jornal em sua quarta fase, em 1970, o empurraram para um alinhamento com a ditadura brasileira, que se apresentaria logo de início como um desvio de suas experiências progressistas

Na temperatura e na pressão da Guerra Fria, o Brasil, no início da década de 1970, vivia o auge da repressão e da suposta popularidade da ditadura civil-militar. Como afirma Aarão Reis (2014), o alto crescimento da economia, conhecido como “milagre econômico”, ajudou a consolidar o dispositivo discursivo do regime, levando seus enunciados a circular nas ruas do país com maior intensidade. O verde e amarelo da bandeira nacional passava a vestir o verde-oliva dos militares e seu governo. Nesse momento, era cada vez mais complicado distinguir enunciados ufanistas – como “Revolução de 64”, “Pra frente, Brasil”, “O futuro chegou” e “Brasil, ame-o ou deixe-o” – de enunciados cívicos historicamente estabilizados – como “democracia”, “liberdade”, “Brasil” e o próprio “verde e amarelo”. Os significantes que organizavam os valores cívicos da ditadura, derivados do enunciado “revolução de 64”, pareciam se tornar hegemônicos àquele momento.

Mas como os processos históricos também operam por torções, o discurso do “milagre econômico” é aniquilado com a crise do petróleo de 1973. Uma vez quebrado o fio condutor dos militares, voltava a tomar força a inflação e os arrochos salariais, conduzindo de forma mais acelerada para ampliação das desigualdades sociais. A hegemonia dos militares começava a trincar. Dava-se início a uma crise de legitimidade institucional, acarretando no esvaziamento dos símbolos do regime que já poderia ser percebido nas eleições de 1974, quando o resultado,

³ O “motim das mulheres” se refere ao episódio ocorrido na cidade de Mossoró em 1875, quando as mulheres mossoroenses foram às ruas protestar contra o Decreto nº 5881, de 27 de fevereiro de 1875, que obrigava seus maridos e filhos ao recrutamento obrigatório para o Exército (Rebouças, 2017, p. 45-46).

⁴ O jornal, por diferentes motivos, envolvendo problemas de gestão e embates políticos, deixou de circular entre os anos de 1877-1901, 1935-1952 e 1964-1969. Para uma análise mais detalhada sobre a história de *O Mossoroense* em suas diferentes fases, bem como as relações que se estabeleceram entre o jornal ao longo do período da ditadura, consultar Nascimento (2023).



nas palavras de Reis (2014, p. 107), teria gerado uma “surpresa geral”, podendo “constatar, não raro, que os votos tinham sido dados mais contra o governo do que a favor da oposição”. Algo no tecido social, em toda sua dimensão intersubjetiva, começava a ser rompido.

A mudança na direção dos ventos da episteme cívica, como discurso, condicionou o processo da política nacional que levaria a definhar a hegemonia do sistema de valores da ditadura brasileira. Esse processo histórico é capturado e repercutido nas folhas de *O Mossoroense* (1970-1983). De forma concomitante à mudança de posição de parte da grande imprensa nacional, o jornal do interior Potiguar, envolto pelo processo histórico da abertura, entre 1973 e 1979, passava paulatinamente a realizar duras críticas à ditadura. Ao mesmo tempo, como um sujeito dotado de particularidades, passava a tomar como seus os valores simbólicos da redemocratização, que mais tarde iriam compor o sistema discursivo da Nova República.

Análise de discurso: arqueologia das mídias, sujeito e temporalidade intersubjetiva

Tecer uma narrativa historiográfica a partir da análise de discurso de um jornal em folha como fonte histórica requer remontar o discurso e sua dinâmica de transformação como um sistema social compartilhado intersubjetivamente. É tratar da própria materialidade histórica. Como nos lembra Foucault (2014, p. 10), o discurso não é somente o meio pela qual se narra e traduz as lutas sociais ou seus sistemas de dominação, “mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar”.

Segundo Lacan (1998, p. 471), encontramos no discurso as condições ontológicas que implicam sujeito e sociedade com a linguagem. Dessa forma, o sujeito produzido por sua sujeição a uma cadeia simbólica está suportado pelo laço social, já que em tese haveria “apenas isto, o liame social” (Lacan, 2008, p. 60). Então, para o autor, não haveria outra forma de designar o termo discurso, “uma vez que se percebeu que o liame social só se instaura por ancorar-se na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime, se situa sobre aquilo que formiga, isto é, o ser falante” (Lacan, 2008, p. 60).

É nesse sentido que Michel Foucault (2014) afirma que toda sociedade, como uma rede de discursos, é disciplinada a modo de controlar e redistribuir certos números de procedimentos que têm por operação destinar ordenamentos de “seus poderes e perigos, dominar seu



acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (Foucault, 2014, p. 8). Para o filósofo, a materialidade do discurso seria ainda “constitutiva do próprio enunciado”, dando ao enunciado “uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (Foucault, 2016, p. 123).

Dessa maneira, a arqueologia de Foucault não se consistiria em tratar “das representações que poderiam haver por trás dos discursos”, mas, sim, notar o “tênuo deslocamento” acontecimental do discurso, permitindo “ligar à prática dos historiadores a história dos sistemas de pensamento” (Foucault, 2014, p. 56). É justamente a materialidade discursiva que dá o ponto nodal do sentido, que amarra e organiza a norma que estrutura o discurso em toda sua rede de relações com outros discursos. Funciona, assim, como um dispositivo social disciplinar que contingencia a produção e adequação dos sujeitos, ao mesmo tempo que possibilita procedimentos antidisciplinares que subvertem e transformam o discurso em uma nova ordem epistêmica. Temos aí o suporte teórico que nos permite falar em uma linguagem sócio-histórica.

Tomando esses aparatos teóricos como suporte, Michel de Certeau (2014) afirma que os meios de comunicação de massa são um excelente repositório desses relatos enunciativos oriundos de um “quiproquó” do cotidiano. Disso denota o conjunto de enunciados produzidos em um “mundo enfeitado pelos poderes invisíveis do Outro” (Certeau, 2014, p. 93), que apontam para a topologia do lugar, a condição social que instaura e possibilita a produção do texto, vinculando-o a uma temporalidade, quando se “estabelece um contrato com o outro (o interlocutor) numa rede de lugares e de relações” (Certeau, 2014, p. 40).

São nesses termos que o jornalismo constrói cotidianamente as vinculações de um dispositivo que o envolve e o engloba. Como um “sujeito em comunicação”, o jornalismo é dotado de vozes e identidades próprias capazes de costurar relações em torno de um percurso do reconhecimento, que nos oferece pistas para o vincularmos, também, em um percurso histórico (Bonsanto, 2017). Nesse sentido, por mais que venhamos tratar de enunciados cívicos que compreendiam certa noção de “identidade nacional”, o circuito de enunciados que emergiram nas folhas de *O Mossoroense* estava circunscrito à projeção imaginária do que poderia ser considerado o discurso hegemônico de seu público: a cidade de Mossoró e a região do Oeste Potiguar.

Verde-oliva em alta: a hegemonia da “revolução de 64”

[...] o presidente Médici vai ficar como o chefe do governo deste país que mais fez para criar no espírito do brasileiro o orgulho nacional. Tudo que o rádio e estações de TV ora divulgam, respeitante patriotismo, amor ao Brasil, a exaltação dos (nossos) feitos históricos, está certo. [...] A consciência do nacionalismo, do sentimento patriótico, o culto aos símbolos nacionais, a profissão de fé nossos destinos da pátria, estas coisas que nunca foram de soar muito forte aos ouvidos dos brasileiros (Dantas, 1972a, p. 3).

Esse comentário, produzido por Jaime Dantas⁵, então cronista de *O Mossoroense*, foi realizado no contexto do “imponente espetáculo de civismo nas festas do Sesquicentenário da Independência”, em 1972, em Mossoró. Os eventos mobilizaram mais de “10 mil desfilantes” e em seguida levaram “nada menos do que 20 mil pessoas” ao Estádio Leonardo Nogueira, em uma cidade que àquela época contava com cerca de 100 mil habitantes: “em meio da maior demonstração de júbilo, a fim de assistirem a decorrência de uma programação ampla, ali desenvolvida por quantos participantes daquela festa em que mais alto falava o sentimento pátrio” (*O Mossoroense*, 23 abr. 1972, p.1).

De acordo com a descrição do texto, o evento seria reproduzido simultaneamente “através de serviços eficientes de TV e rádios instalados em todo Estádio”, permitindo aos presentes ouvirem “religiosamente as palavras patrióticas e entusiastas do Presidente Emílio Garrastazu Médici”, seguido pelo som do hino nacional, cantado “a grandes vozes pela multidão que circundava aquela praça de desporto”. Tudo isso, somado aos desfiles das mais importantes instituições da sociedade mossoroense, e um “espetáculo pirotécnico” com queima de fogos “salientando-se a presença da imagem da Pátria representada pelas cores verde e amarela, além de girândolas enchendo os ares do Estádio” (*O Mossoroense*, 23 abr. 1972, p.1).

É diante dessa cena dos festejos cívicos, pincelada em destaque pelo jornal, que trazemos uma imagem do entusiasmo de *O Mossoroense* ao engajar, nesse primeiro momento (1970-1973) da quarta fase histórica do jornal (1970-1983), um discurso que ajudaria a legitimar o imaginário da ditadura civil-militar e do general Médici em Mossoró.

⁵ Jaime Hipólito Dantas era o maior responsável do jornal *O Mossoroense* para cobrir e comentar notícias sobre o cotidiano da cidade. Seus comentários sobre a conjuntura nacional eram sempre mais discretos, mas, vez por outra, deixava claro seu apoio ao regime e ao governo de Médici. Apoio que perduraria até 1979, quando começa a realizar fortes críticas ao governo.



Dentro do contexto político local, *O Mossoroense* estava sob o controle da família Escóssia – na figura de Lauro Escóssia, neto de Jeremias da Rocha –, tendo sua linha editorial direcionada ao núcleo político do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) potiguar, intermediada por seu filho, Lauro Escóssia Filho, então candidato emedebista à prefeitura da cidade no ano de 1972. Em uma campanha tumultuada, o bloco emedebista rivalizou a disputa do cargo com o grupo político arenista, liderado pela oligarquia mossoroense da família Rosado, sob o comando de Dix-Huit e Vingt Rosado. Se dois anos antes o grupo rosadista, então aliado dos Escóssia, participava do *front* de apoio para a reabertura de *O Mossoroense* em sua quarta fase (1970-1983), os acirrados conflitos eleitorais de 1972 culminaram com um momentâneo rompimento que duraria até 1975, quando os Escóssia passariam o controle do jornal para as mãos políticas dos Rosados (Nascimento, 2023).⁶

Assim, tendo em vista que a linha editorial do jornal estava sob o comando emedebista dos Escóssia em oposição à facção rosadista da Aliança Renovadora Nacional (Arena), as primeiras denúncias dos conflitos eleitorais iriam de possíveis grampos telefônicos dos correligionários emedebistas a denúncias em que “funcionários públicos federais, de autarquias”, na busca de votos para a Arena, coagiam os eleitores em estabelecimentos comerciais (Dantas, 1972b, p. 3). Diante de críticas e conflitos que poderíamos facilmente ligar às estruturas institucionais e simbólicas do então governo federal, a linha editorial emedebista de *O Mossoroense* se apressava para desvincular qualquer relação, utilizando o sistema de crenças do regime como referência discursiva que viabilizaria a solução desses problemas, sendo taxativo em dizer que o governo Médici não permitiria aqueles abusos e os reprimiria aplicando “a Lei em toda a sua plenitude” (*O Mossoroense*, 30 set. 1972, p.1). Já se configurava aí um claro vínculo da campanha do MDB de Mossoró com a ditadura brasileira.

⁶ O lastro histórico dessas oligarquias mossoroenses, os Escóssias e os Rosados, é muito mais de convergência do que o contrário. Como lembra Marcilio Falcão (2018), houve em Mossoró dois projetos políticos de fabricação do passado da cidade. O primeiro, perpetrado pela família Escóssia a partir de 1902, fez circular a segunda fase histórica (1902-1934) do jornal *O Mossoroense*, com a estratégia de construir o imaginário da cidade com contornos republicanos e abolicionistas. Já o segundo projeto teria ficado a cargo da família Rosado em sua emergência à condição de um grupo político oligárquico em 1948, sob a liderança de Jerônimo Rosado (Falcão, 2018, p.16). Segundo Cirilo (2016), as relações dos Rosados com a mídia sempre foram de controle, um exercício de forte influência aos meios de comunicação da cidade. Após 1945, quando de fato os Rosados ascendem como oligarquia, o único jornal em circulação na cidade era *O Mossoroense*.





Apesar da existência de circuitos sociais em Mossoró que faziam circular os valores vinculados à oposição ao regime, eles pareciam não ser suficientes para estruturar as propagandas da campanha do MDB local (Nascimento, 2023, p. 97). Durante as eleições de 1972, rastrear nas páginas de *O Mossoroense* a função enunciativa do enunciado “abertura” ou “redemocratização” é narrar a emergência de um significante desnaturado, sem *lugar*, ou seja, eles pareciam não formar um discurso implicado à identidade do público do jornal (Nascimento, 2023, p. 135-141).

A maior evidência da hegemonia simbólica do regime militar produzida pelo jornal pode ser vista a partir de suas insistentes defesas à campanha emedebista de Lauro Escóssia Filho e aos possíveis ataques da campanha arenista dos Rosados, que faziam circular nas ruas de Mossoró “que o MDB não era favorável ao Presidente da República”. O enquadre arenista obrigava os emedebistas da cidade não só a negar a afirmativa, como também dizer que ambos os partidos, Arena e MDB, “foram criados pela Revolução vitoriosa de 31 de março” e estavam sendo “prestigiados pelo Presidente” (Dantas, 1972c, p. 3). E, ao contrário do que era dito, os arenistas não seriam os “candidatos de Médici”, pois o próprio nunca teria vindo a cidade “pedir votos para eles, do que se conclui: é mentira” (*O Mossoroense*, 26 out. 1972, p. 5). Além de questionar a boa relação da facção rosadista com Médici, os emedebistas alegavam que o governo federal era de todos os brasileiros, a única exceção seria para os “subversivos”. E nesses termos, o candidato Lauro Filho se defendia a todo custo que ele não era subversivo, mas sim, seus adversários da Arena (*O Mossoroense*, 19 out. 1972, p. 1).

Para sustentar o argumento, a propaganda emedebista inverte o jogo, trazendo repetitivamente uma questão bastante polêmica a respeito do candidato arenista Dix-Huit Rosado: o fato do seu jornal, *Diário de Mossoró*, ter feito oposição direta ao regime militar, nos primeiros dias do Golpe de 1964⁷. A questão tem como referência a edição do *Diário de Mossoró* do dia 2 de abril de 1964, onde Dix-Huit “publicava um editorial de sua responsabilidade” que dizia: “O poder econômico derrubou o então Presidente João Goulart. A crise que se abateu sobre a nação foi uma repetição intensa dos fatos que, em 1954, culminaram

⁷ O jornal *Diário de Mossoró* era onde trabalhava o militante do Partido Comunista Revolucionário (PCBR), Luiz Alves Neto na época do golpe, também conhecido por ser o viúvo de Anatólia de Souza Melo Alves, uma das vítimas reconhecidas pela Comissão Nacional da Verdade como torturada e morta pela ditadura (Brasil, 2014).





com a morte de Getúlio Vargas e, em 1961, determinaram a renúncia de Jânio Quadros” (*O Mossoroense*, 12 out. 1973, p. 3).

De acordo com os emedebista, Dix-Huit estava sempre do lado do governo, “mesmo sendo preciso ir à China⁸, mesmo sendo preciso escrever em Jornal contra as forças armadas nas vésperas da Revolução de março de 1964, mesmo fazendo as pazes políticas com quem ontem era inimigo rancoroso” (*O Mossoroense*, 21 out. 1972, p. 1). Então, esses que fizeram “excursões a países comunistas” ou que foram “responsáveis por manifestos considerados subversivos pela Revolução”, esses sim, seriam subversivos e “inimigos do Presidente da República”. Em sentido oposto, *O Mossoroense* colocava o candidato emedebista na posição de nunca ter feito “ataques ao Presidente da República” ou escrito “manifestos subversivos” contra “os militares” (*O Mossoroense*, 19 out. 1972, p. 1).

Em síntese, esse regime discursivo revelava mais claramente os silêncios dos possíveis ataques arenistas, ou, no mínimo, aqueles que mais incomodavam o partido de oposição a ponto de se sentir provocado a respondê-los publicamente na intenção de conter os danos à campanha emedebista. Fazia-se necessário, dentro da disputa pelo cargo executivo, buscar discursos mais hegemônicos e abrangentes que circulavam intersubjetivamente em Mossoró naquele momento para afinar as estratégias da campanha eleitoral de Lauro Filho.

Tinhamos então neste momento, a estrutura discursiva da ditadura condensada e organizada pelo significante *revolução de 64*, que emerge nas folhas do periódico como um ponto autorreferente de legitimação e/ou crença e passa a ser disputado publicamente pelas duas correntes durante os conflitos eleitorais pela prefeitura de Mossoró como uma forma de legitimação de suas posições. Essa condição possibilita afirmar que, dentro de um percurso de reconhecimento intersubjetivo de *O Mossoroense*, o enunciado *revolução de 64* se fazia hegemônico em 1972, funcionando como um valor de verdade desse circuito enunciativo.

⁸ A referência aqui é feita à viagem à China em 1961 que Dix-Huit Rosado participou com o então vice-presidente da República João Goulart.





A disputa pela hegemonia do *dispositivo cívico* (1973-1979): o começo do flagelo da “Revolução de 64”

O período de 1970 a 1973, conforme vimos, consolidou não apenas a ruptura entre os Escóssias e os Rosados na política local, mas também ajudou a solidificar as posições emedebistas de *O Mossoroense*: se, de 1970 ao final de 1972, o periódico já estava alinhado como oposição à Arena em todos os níveis da República, exceto no que diz respeito ao governo federal, no ano de 1973 inaugura-se um processo que culminou com o surgimento do primeiro enunciado de negação à estrutura simbólica da ditadura que, concomitantemente, fazia emergir o processo de abertura política.

Na medida em que os temas e as pautas de desmonte do aparelho de exceção do regime militar iam surgindo, também ia se encorpando o enredo da disputa política pelo espaço público. Aqui, a tensão da macropolítica nacional, num debate entre abertura e fechamento da democracia, emergiam nas crônicas do periódico em arguições cada vez mais diretas na disputa pelas instituições e pela dinâmica da política do país.

As primeiras críticas à ditadura brasileira surgiam nas folhas do periódico sob o comando de Dorian Freire, precisamente, no dia 15 de abril de 1973 (Freire, 1973a, p. 3).⁹ No mesmo ano, o autor põe “o movimento de março de 1964 no Brasil” no mesmo patamar a outras ditaduras, entre elas “o integrismo fascista” da República de Vichy (Freire, 1973b, p. 3). Apesar dessas críticas serem raras em 1973, elas inauguram uma mudança discursiva de Freire e de *O Mossoroense*, passando a assumir suas posições políticas contrárias ao regime. Em janeiro de 1974, o cronista atinge um dos principais pilares do governo federal, o “milagre econômico”. Assim, diante da inflação e do arrocho salarial crescentes, Freire questionava se as coisas andavam certas “neste país de Alice. Após tantos dias gloriosos de ‘ninguém segura este país’, quando a menor crítica de boa-fé era respondida com um áspero ‘ame-o ou deixe-o’” (Freire, 1 jan. 1974, p. 2).

⁹ O jornalista Dorian Jorge Freire, natural de Mossoró, começou no jornalismo aos 12 anos de idade, ocupando uma coluna no jornal *O Mossoroense*. Depois de uma longa passagem pela imprensa paulista e carioca – onde atuou em publicações como *Correio Paulistano*, *Diário Carioca*, *Última Hora* – Freire voltou para *O Mossoroense*, assumindo o cargo de editor-chefe, entre 1975 e 1983. Reconhecido como uma figura importante do jornalismo brasileiro, entrevistou ao longo de sua carreira personalidades como Jânio Quadros, Aldous Huxley e Jean-Paul Sartre. Foi um dos fundadores, com Alceu de Amoroso Lima e Samuel Wainer, do jornal *Brasil Urgente*. Para mais, consultar Nascimento (2023).



À medida que se aproximavam as eleições do dia 15 de novembro de 1974, ia-se deflagrando uma atmosfera desfavorável à ditadura, que revelaria o prognóstico eleitoral conturbado para a Arena diante da crise de popularidade que o governo federal começava a enfrentar. Assim, tudo parecia “estagnado nesse Brasil a véspera de eleição”, sendo possível notar que “o governo federal se transformou de uma hora para outra, da popularidade para a impopularidade” (*O Mossoroense*, 6 out. 1974, p. 2). Haveria, então, “no povo brasileiro uma tendência para votar nos candidatos da oposição”, como “uma espécie de protesto do povo contra o atual estado de coisas” (*O Mossoroense*, 22 out. 1974, p. 3).

Como sintoma do desgaste da ditadura, é ainda nesse momento pré-eleitoral que começava a circular nas folhas do jornal o enunciado “revolução pelo voto”, utilizado para designar uma oposição depreciativa ao enunciado “revolução de 1964” (*O Mossoroense*, 3 nov. 1974, p. 3). A emergência desse tipo de enunciado de depreciação dos elementos do sistema simbólico do regime ficaria cada vez mais evidente e frequente nas crônicas do periódico após as eleições.

Assim, já conflagrada “a vitória do MDB”, o jornal concluiu que a vitória da oposição “foi a resposta da fome, o grito de liberdade”, restando ao regime “fazer o país voltar a ganhar a eleição pelo voto” (*O Mossoroense*, 20 nov. 1974, p.3). Nas urnas o povo resolveu “dizer ‘não’ à Arena, ao governo, à situação e aos Rosados”, representantes da Arena mossoroense (*O Mossoroense*, 24 nov. 1974, p. 3). “O povo se rebelou”, diz a crônica do dia 26 de novembro. Aqui, já conflagrando um certo tom de enfrentamento ao regime, o jornal escancarava de vez sua insatisfação:

Aguardemos agora, depois dessa revolução pelo voto, feita pelo povo, quais as providências que a revolução pelas armas vai tomar contra o pronunciamento popular. O AI-5 ainda está aí, vivo e atuante, e certamente vai servir para arranjar uma vitória pela força para aqueles que não conseguiram pelo apoio popular. A proibição das comemorações do MDB em todo o país foi uma amostra do que poderia acontecer. Precavemham-se, portanto, todos os eleitos. Não tardará o dia que a Arena aprovará uma lei dizendo que vencerá quem obtiver menos voto pelo povo. E o senador Dinarte Mariz será o primeiro a anuncia-la, como anunciou o Ato Institucional nº 5 (*O Mossoroense*, 26 nov. 1974, p. 3).

No trecho citado, a “revolução” de 64 já não emerge como um enunciado propositivo aos valores cívicos e ao público imaginado de *O Mossoroense*. A “revolução armada” aponta para o tom pejorativo que os enunciados do regime já deveriam estar recebendo nos bastidores



da política nacional, e, certamente, dentro do cotidiano de Mossoró. Fechando esse momento em que a linha editorial do jornal ainda estava sob o comando emedebista dos Escóssia, a crítica à ditadura já era produzida sem muitos rodeios, havendo notas de equivalência entre a “revolução de 64” e o AI-5. Estando descritas em pé de igualdade, seriam encaradas como uma ação “fora das quatro linhas” do jogo político imposto pelo próprio regime militar, ou seja, como um golpe.

Apesar de se evidenciar nesse momento um claro início de ruptura, os enunciados do regime ainda têm uma sobrevida nas folhas do jornal. Com a doença e crise financeira de Lauro Escóssia, *O Mossoroense* passaria a ser comandado pelas mãos arenistas dos Rosados a partir de 3 de agosto de 1975, gerando mais uma guinada na linha editorial, que volta a apoiar explicitamente a ditadura. Na edição de 31 de março de 1976 temos uma imagem clara dessa mudança, quando, depois de três anos de ausências e comemorações discretas dos festejos do dia 31 de março, o jornal publica um caderno especial com 20 páginas dedicadas ao evento e à celebração da “revolução de 1964” (*O Mossoroense*, 31 mar. 1976, p. 1)¹⁰. Esse é, certamente, um dos maiores destaques dos festejos do aniversário do Golpe de 1964 publicados por *O Mossoroense*, justamente em um momento em que a grande imprensa, em nível nacional, buscava sutilmente se desvencilhar dos discursos hegemônicos estabelecidos pelo regime (Bonsanto, 2021).

Mesmo com esse reposicionamento aparentemente regressivo, o jornal, agora arenista, voltaria a redirecionar paulatinamente suas posições. Ao final da década, em 1979, passou a assumir posições firmemente contrárias ao regime militar e, concomitantemente, a levantar abertamente a bandeira da redemocratização.

Consolidação da abertura e emergência do soclo para a Nova República (1979-1983)

Como lembra Francisco Teixeira da Silva (2020, p. 345), o clima político de 1979 contingenciava o governo federal ao risco de ser ultrapassado pelo “movimento popular”, permitindo “por inércia e inapetência, que os partidos de oposição e as ruas das grandes cidades ditassem o ritmo da abertura”. Dentro desse ritmo, as páginas de *O Mossoroense*, em 1979,

¹⁰ *O Mossoroense*, 31 de março de 1976. Para uma análise mais detalhada sobre a edição e o caderno especial citado, consultar Nascimento (2023, p. 111-113).



apresentavam-se como um grande repositório dos enunciados que sustentaram certa dinâmica de descrença generalizada – porém, não total – com o mito da redenção salvadora da “revolução de 1964”. Processo que refletiu o definhamento de sua hegemonia no tecido cívico mossoroense e, paralelamente, faziam circular os enunciados da *abertura*.

A transformação da posição política de Jaime Dantas, outrora entusiasta do regime, conforme vimos, ocorreu ainda no ano de 1979. Não se contentando em somente defender o processo de abertura, o jornalista tornou-se o mais duro e assíduo crítico da ditadura no jornal. O cronista passou, então, a usar o processo de *abertura* como um enunciado de autoridade, a ponto de acreditar na veracidade dos “propósitos da redemocratização propagados por Figueiredo”, pois entendia que ele, o então chefe do executivo, não parecia estar “disposto a dar uma guinada só para borrar as cores do seu retrato para a história (ele vê o ostracismo a que hoje estão relegados o Médici, o Geisel e os outros)” (Dantas, 1980, p. 3). Nesses termos, Dantas trazia o significante *abertura* como matriz ordenadora dos limites do campo cívico, definindo aqueles que teriam sua imagem imaculada e estariam dentro do panteão cívico e aqueles que, com a imagem borrada, estariam excluídos da rememoração nacional.

Nessa dinâmica de consolidação da hegemonia da abertura política nas folhas de *O Mossoroense*, certamente a mudança de posição mais evidente foi a de Rafael Negreiros¹¹. Apesar de o cronista adentrar a década de 1980 produzindo crônicas em defesa dos militares, cada vez mais suas arguições se mostravam ambíguas, enviesadas e, vez por outra, costuravam críticas contundentes ao regime. Os textos produzidos pelo cronista culminaram com o abandono quase completo dos valores da ditadura (Negreiros, 1983a, p. 3), passando, em 1983, a projetar suas expectativas cívicas de um Brasil melhor dentro do horizonte da redemocratização.

Então, o cronista esvaziava qualquer expectativa com a economia brasileira nas mãos dos militares, traindo assim a matriz identitária da “revolução de 1964”: a de que os eventos de 31 de março teriam vindo para salvar a democracia e o povo brasileiro de um mal maior. Pelo contrário: “se João Goulart ressuscitasse e visse o estado do Brasil pediria para ser enterrado

¹¹ De todos os cronistas de *O Mossoroense* em sua quarta fase histórica, Rafael Negreiros é o que tem a posição política mais alinhada com o imaginário simbólico da ditadura brasileira. Entusiasta da cultura estadunidense, era classificado por seu colega, Lauro Filho, de “americanista”. Dentro de uma certa régua política, entre os três cronistas mais assíduos no jornal, Negreiros seria o que mais estaria à direita.

imediatamente. Naquele tempo a dívida externa era de um bilhão de dólares e causava pavor ao brasileiro. Hoje, de cem vezes mais, causa pesadelo” (Negreiros, 1983b, p. 3). Então, para ele, não haveria jeito, se o governo era “o pai da inflação, que é que se pode fazer senão cruzar os braços e esperar pelo pior?” (Negreiros, 1982, p. 3). Ficava evidente que o cronista passava a enunciar uma gramática subversiva à identidade do regime.

Não por acaso, essa estrutura discursiva foi repercutida nas eleições pluripartidárias de 1982. Assim, *O Mossoroense*, engajado nas campanhas do Partido Democrático Social (PDS) rosadistas, sob liderança do candidato Vingt Rosado, fez emergir materialidades discursivas cruciais em suas folhas que apontavam para um dilema central no cenário das disputas eleitorais: ser aliado do governo federal e ser tomado como “candidato do sistema” (Freire, 1982, p. 5), vinculando sua campanha política ao depreciado sistema de valores simbólicos da revolução de 1964; ou, por outro lado, ser “oposição” e se beneficiar com os louros de se opor à ditadura, tirando proveito da hegemonia do conjunto de enunciados da abertura.

Diante da dúvida, a campanha do PDS rosadista passou a fugir de qualquer vinculação com o governo federal. Até mesmo dentro da disputa pelo eleitorado do PDS no Oeste Potiguar buscava negar o vínculo, afirmando que “seus concorrentes dentro do partido” eram “bafejados pelo apoio oficial” do regime (Dantas, 1982, p. 3).

Dessa forma, *O Mossoroense* fazia circular por suas propagandas eleitorais a estrutura simbólica vinculada aos opositores da ditadura brasileira, com a pretensão de obter a maioria dos votos de Mossoró e do Oeste Potiguar. É a partir dessas materialidades discursivas emersas no texto que podemos reconstruir a projeção do público imaginado por *O Mossoroense*, apontando para a consolidação da hegemonia do *dispositivo cívico* da *abertura* como um discurso de sustentação do cenário que contingenciaria as primeiras cenas da Nova República.

Considerações finais

Se, por um lado, tivemos de 1970 a 1975 o jornal *O Mossoroense* sob o controle dos Escóssia (vinculado ao MDB), e, por outro lado, tivemos, de 1975 a 1983, o periódico sob o controle dos Rosado (vinculado à Arena e ao PDS; ambos partidos do regime militar), podemos operar uma mesma conclusão para os dois grupos e para os dois momentos do jornal: ambos deram suporte discursivo à ditadura civil-militar brasileira, como também sustentaram o sistema de valores simbólicos da abertura política. Assim como os jornais da grande imprensa



liberal do país, entre 1970-1983, *O Mossoroense*, como um comunicador de massas, apresentava-se como um “sujeito” de tipo freudiano, operando a polifonia de seu discurso dividido em uma zona cinzenta, nos termos da lógica do “pensar-duplo” de Pierre Laborie (2010, p. 36).

Nesse sentido, não podemos enquadrar nossa narrativa historiográfica dentro de uma narrativa que sustente o processo de abertura como produto de um ato soberano e unilateral de resistência por parte desses sujeitos inseridos no cotidiano. Também não estamos querendo dizer que exista uma História sustentada por um *poder epistêmico* compartilhado intersubjetivamente, ignorando a eficiência das instituições sócio-políticas na construção e manipulação dos processos históricos. Estamos implicando entre ambos uma relação intrínseca e condicional de limites delicados e dinâmicos.

Para nós, o projeto de abertura política é posto em prática pelo governo militar não por um ato de generosidade, mas como uma “resposta à derrota eleitoral” nas eleições de 1974. Dessa maneira, diante da formação de uma atmosfera política que ficava cada vez mais desfavorável ao regime, em vez de responder fisicamente com mais repressão se utilizando dos aparelhos de Estado, astutamente, os militares resolveram tomar a frente e institucionalizar o processo de abertura antes que fosse ultrapassado por uma insatisfação generalizada das ruas do país, e não pudessem extorquir uma autoanistia para aqueles que cometeram crimes contra a humanidade em nome da “revolução de 1964”.

Assim, as materialidades discursivas e históricas (re)produzidas nas páginas de *O Mossoroense* nos revelam marcas dessa dinâmica de (in)subordinação à ditadura civil-militar brasileira e seu sistema de valores, uma história com vozes e sujeitos ambíguos e multifacetados. Uma história também produzida por antagonismos, torções e formações de hegemonias. É dessa forma que a linguagem, longe de ser uma fabulação abstrata e idealista, dá ritmo às práticas do cotidiano, ao mesmo tempo em que é produzida por ele.

Com isso em mente, consideramos que a “revolução de 1964”, como uma imagem que sustentou um discurso em defesa da ditadura brasileira, não foi derrotada por completo. O processo de redemocratização, pautado por um “abuso de esquecimento” (Ricoeur, 2007) condicionado pela Lei de Anistia, apenas definiu sua hegemonia, colocando-a temporariamente sob o signo do silêncio. A “abertura” extorquida pelo regime permitiu que,





acriticamente, seus enunciados continuassem a circular por obscuros circuitos da sociedade brasileira, à espera de que novos processos históricos abrissem caminho para seu desregrado retorno na agenda política. É esse o drama em que a Nova República se encontra.

Referências:

BONSANTO, André. Percurso do reconhecimento. um caminho teórico-metodológico para pensar o jornalismo enquanto sujeito em comunicação. **Brazilian Journalism Research**, v. 13, n. 3, p. 112-135, dez. 2017.

BONSANTO, André. **A verdade dita é dura: jornalismo, história e ditadura militar no Brasil (do golpe de 1964 à Comissão Nacional da Verdade)**. São Paulo: Dialética, 2021.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. v. III. Mortos e desaparecidos políticos. Brasília: CNV, dez. 2014.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**, v. 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 37-51, 86-100, 201-224.

CIRILO, Bruno Emanuel Pinto Barreto. **A divisão política da família Rosado em Mossoró contadas nas páginas dos jornais O Mossoroense e Gazeta do Oeste: 1980-88**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, 2016. p. 45-58, 59-83.

DANTAS, Jaime Hipólito. Artigo de fundo. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n. 3.763, p. 3, 21 abr. 1972a.

DANTAS, Jaime Hipólito. Agenda. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n. 3.877, p. 3, 27 set. 1972b.

DANTAS, Jaime Hipólito. Agenda. **O Mossoroense**, Mossoró, ano C, n. 3.890, p. 3, 15 out. 1972c.

DANTAS, Jaime Hipólito. Conversa de quinta-feira. **O Mossoroense**, Mossoró, n. 5.677, p. 3, 12 jun. 1980.

DANTAS, Jaime Hipólito. Conversa da manhã. **O Mossoroense**, Mossoró, ano 110, n. 6.202, p. 3, 25 set. 1982.

FALCÃO, Marcílio Lima. **No labirinto da memória: fabricação e uso político do passado de Mossoró pelas famílias Escóssias e Rosado (1902-2002)**. 2018. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018, p. 16-31.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016, p. 93-161.

FREIRE, Dorian Jorge. Diário 73: a politiquinha. **O Mossoroense**, Mossoró, ano 101, n. 4.019, p. 3, 15 abr. 1973a.

FREIRE, Dorian Jorge. Diário 73: Corção e Nada. **O Mossoroense**, Mossoró, ano 101, n. 4.103, p. 3, 15 ago. 1973b.

FREIRE, Dorian Jorge. Diário 73: e o Milagre? **O Mossoroense**, Mossoró, ano 102, n. 4.197, p. 2, 1 jan. 1974.

FREIRE, Dorian Jorge. Cota zero. **O Mossoroense**, Mossoró, n. 6.201, p. 5, 24 set. 1982.

LABORIE, Pierre. Os franceses do pensar duplo. *In*: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org.). **A construção social dos regimes autoritários**: Europa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 31-44.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 461-495.

LACAN, Jacques. **Seminário, livro 20**: mais, ainda, (1972-1973). Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 57-69.

NASCIMENTO, Suliendson Dantas do. **O jornal O Mossoroense e o espetáculo cívico (1970-1983)**: abertura política, cotidiano e ruptura do sistema de enunciados. 2023. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2023. p. 11-173.

NEGREIROS, Rafael. A inflação desalmada. **O Mossoroense**, Mossoró, ano 110, n. 6.189, p. 3, 4 set. 1982.

NEGREIROS, Rafael. Juruma em retoques. **O Mossoroense**, Mossoró, ano 111, n. 6.386, p. 3, 5 out. 1983a.

NEGREIROS, Rafael. Dito & ouvido. **O Mossoroense**, Mossoró, ano 112, n. 6.414, p. 3, 17 nov. 1983b.

O MOSSOROENSE. Imponente espetáculo de civismo nas festas do Sesquicentenário. Mossoró, ano C, n. 3.764, p. 1, 23 abr. 1972.

O MOSSOROENSE. Encontro com o povo: o voto do silêncio. Mossoró, ano C, n. 3.880, p. 1, 30 set. 1972.

O MOSSOROENSE. Encontro com o povo: Lauro, Emery e Henrique aplaudidos ontem à noite. Mossoró, ano CI, n. 3.892, p. 1, 19 out. 1972.

O MOSSOROENSE. Encontro com o povo: os jovens dizem não ao passado e sim ao presente. Mossoró, ano C, n. 3.871, p. 1, 21 out. 1972.

O MOSSOROENSE. Concentrações do MDB crescem assustadoramente, enquanto da ARENA caem vertiginosamente. Mossoró, ano CI, n. 3.898, p. 5, 26 out. 1972.

O MOSSOROENSE. Síntese. Mossoró, ano 101, n. 4.139, p. 3, 12 out. 1973.

O MOSSOROENSE. Evidências. Mossoró, ano 102, n. 4.359, p. 2, 6 out. 1974.

O MOSSOROENSE. Agenda. Mossoró, ano 103, n. 4.371, p. 3, 22 out. 1974.

O MOSSOROENSE. Agenda. Mossoró, ano 103, n. 4.379, p. 3, 3 nov. 1974.

O MOSSOROENSE. Agenda. Mossoró, ano 103, n. 4.389, p. 3, 20 nov. 1974.

O MOSSOROENSE. Agenda. Mossoró, ano 103, n. 4.391, p. 3, 24 nov. 1974.

O MOSSOROENSE. Agenda. Mossoró, ano 103, n. 4.392, p. 3, 26 nov. 1974.

O MOSSOROENSE. 12 anos de revolução. Mossoró, n. 4.677, p. 1, 31 mar. 1976.

REBOUÇAS, Ângela Cláudia Rezende do Nascimento. **Tradições discursivas do editorial no jornal O Mossoroense**. 2017. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017. p. 24-82.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p. 93-124.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007. p. 423-466.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O tempo do regime autoritário: quarta República (1964-1965)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 313-356.

Submetido em: 14.04.2024

Aprovado em: 08.07.2024